

# A decisão foi tomada há duas semanas

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

A decisão do governo de decretar a suspensão do pagamento dos juros foi tomada há duas semanas, quando a Cacex concluiu o levantamento dos números relativos ao superávit comercial de janeiro e as reservas atingiram o limite de segurança de três meses de importações.

As decisões foram implementadas no Ministério da Fazenda, que elaborou um documento endereçado ao governo dos Estados Unidos e aos credores externos, relatando as razões que levaram à decisão, seus objetivos e limitações e reafirmando o propósito de promover uma negociação o mais rápido possível, sem intenção de confronto.

O documento foi levado a Washington pelo embaixador brasileiro Marcílio Marques Moreira, e ontem entregue ao subsecretário para Assuntos Latino-Americanos do Departamento de Estado, com quem Marcílio se reuniu na tarde de ontem.

Apesar de o documento ter sido redigido no Ministério da Fazenda, sob a responsabilidade do assessor especial do ministro Dílson Funaro para assuntos de Dívida Externa, Paulo Nogueira Batista, ele circulou também no Ministério do Planejamento, nas assessorias econômica e internacional, e no Banco Central, onde recebeu emendas e sugestões.

O governo brasileiro acabou adotando a decisão que parecia impossível: a moratória clássica, isto é, a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa por um prazo indeterminado. Prevaleceu, deste modo, a posição do PMDB. Os dados divulgados pelo presidente Sarney, de que o atual nível de reservas é de US\$ 3,9 bilhões, mudam toda a versão da história desta decisão brasileira: transformam (ou tentam transformar) uma moratória técnica — absoluta impossibilidade de continuar pagando a dívida por falta de caixa — numa moratória política. Esta última significa que o País poderia ainda continuar pagando os juros por mais algum tempo, mas decidiu suspender este pagamento para não "quebrar", e para enfiar deliberadamente os negócios da dívida externa.